

Protesto indígena mantém multinacional do agronegócio ocupada há uma semana no PA

Category: GERAL, PARÁ

escrito por Ayumi Yohanna Miyamoto | 30 de janeiro de 2026



Chega ao sétimo dia o protesto de indígenas de 14 povos das regiões Baixo e Médio Tapajós, que bloqueia a entrada das instalações da multinacional do agronegócio Cargill, em Santarém. Segundo eles, a dragagem do rio Tapajós afetaria áreas em Itaituba, além de Santarém e outras cidades.

O protesto é contra um edital prevendo três anos de dragagem, o que segundo os indígenas ocorre sem licença ambiental e sem consulta livre, prévia e informada, como determina a Convenção 169 da OIT.

Segundo os manifestantes, a iniciativa é prevista no Decreto nº 12.600, que autoriza a concessão de hidrovias à iniciativa privada, e amplia trechos de intervenção em áreas sensíveis, incluindo regiões com sítios arqueológicos e territórios sagrados, como há na cidade de Itaituba.

Cerca de 150 pessoas seguem acampadas no local da manifestação, reivindicando a suspensão imediata do processo.

Lucas Tupinambá, presidente do Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns (CITA), a ocupação da Cargill "é resultado direto do Estado brasileiro e de grandes corporações que continuam a impulsionar projetos de infraestrutura na Amazônia sem atender

às demandas expressas há muito tempo pelos povos que vivem na região”.

“Não aceitaremos um modelo que priorize a exportação de commodities, ignorando os direitos indígenas e as leis ambientais. Queremos nosso rio vivo, não um corredor de exportação morto”, disse.

A Cargill é uma multinacional do agronegócio, sediada no Minnesota, nos Estados Unidos, com atuação no escoamento de grãos pelo rio Tapajós, em Santarém.

Sobre o protesto, a empresa disse que “não há qualquer ocupação dentro de suas operações, mas sim a presença de um grupo de pessoas em frente à portaria de caminhões, o que impede a entrada e saída de veículos do terminal”.

A companhia disse ainda que “respeita o direito à manifestação, assim como se mantém firme no cumprimento às leis brasileiras” e que “a pauta apresentada é um tema sobre o qual a empresa não tem ingerência”.

Já os manifestantes apontam que a dragagem do rio podem atingir todo o leito do rio, que abrange principalmente cidades no oeste do Pará, como Santarém, Belterra, Aveiro, Itaituba, Trairão e Jacareacanga, e afetam também a população ribeirinha e o bioma da região.

Foi procurado a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), responsável pelo processo de licenciamento, mas não obteve resposta até a publicação da reportagem.

Edital

Segundo levantamento feito por engenheiras e pesquisadoras do Grupo de Trabalho Infraestrutura (GT Infra), organização que integra a Aliança Chega de Soja, o edital apresenta uma série de problemas. Entre eles, está a ausência de licença

ambiental.

No plano de dragagem, consta apenas que o processo de licenciamento foi iniciado junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), que teria emitido um termo de referência.

O contrato ainda prevê três anos de dragagem e tem orçamento duas vezes maior que o da dragagem realizada em 2025.

Além disso, o novo edital amplia os trechos a serem dragados, incluindo áreas próximas a Itaituba, como Santarenzinho, onde há registro de urnas funerárias e sítios arqueológicos considerados importantes, além da presença de portos e da previsão de instalação de um terminal ligado ao projeto da Ferrogrão – um projeto de ferrovia para o escoamento de grãos, apontado como importante via no setor do agronegócio.

Carta pública

Divulgada durante o ato, uma carta feita pelos povos indígenas do Baixo Tapajós mostra as reivindicações dos manifestantes.

Eles afirmam que o “rio é um território vivo e sagrado, essencial para a alimentação, a cultura, a espiritualidade e a identidade dos povos originários”.

No documento, o movimento critica o Decreto nº 12.600, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que autoriza a concessão de hidrovias à iniciativa privada, incluindo o Tapajós.

Segundo a carta, o decreto “ignora a existência e os direitos dos povos tradicionais ao permitir que empresas passem a gerir, dragar e manter o rio, tratando-o como mercadoria”.

A carta também relaciona a medida a um conjunto de políticas que, de acordo com o movimento, ameaçam os territórios indígenas, como o marco temporal, propostas de mudanças na

Constituição, o enfraquecimento do licenciamento ambiental e conflitos fundiários na região.

“O Tapajós é parte do nosso corpo coletivo. Defender o rio é defender a vida”, diz um trecho do documento.

O que diz o governo?

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) disse em nota que “atua de forma integrada com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para manter as hidrovias brasileiras navegáveis, dentro de suas competências institucionais”.

Segundo a nota, “no rio Tapajós, o que está em curso neste momento é um planejamento antecipado para possibilitar, quando necessário, a execução de dragagem de manutenção, evitando contratações emergenciais”.

“Trata-se de um procedimento técnico restrito à desobstrução e ao manejo de sedimentos em pontos específicos do fundo do rio, sem aumento de profundidade ou largura, e sempre condicionado ao licenciamento ambiental”, informou.

Ainda de acordo com o MPor, a “atuação não se confunde com os estudos para uma eventual concessão de serviços” e “paralelamente, o Governo Federal, com apoio da Secretaria-Geral da Presidência da República, vem realizando diálogo com as comunidades envolvidas para prestar esclarecimentos sobre as iniciativas em andamento”.

“Destaca-se que qualquer intervenção só poderá ser realizada conforme a legislação ambiental vigente”, afirmou a nota.

Fonte: G1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 30/01/2026/07:53:16

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias

chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-
mail: adeciopiran.blog@gmail.com